



**UNIFACS**

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES\*

## **REFORMAS DE ESTADO E ADMINISTRATIVAS NA BAHIA NOS ANOS 1991 A 2014: ALGUNS ELEMENTOS E COMPARAÇÃO**

### **REFORMS OF STATE AND ADMINISTRATIVE IN BAHIA IN THE YEARS 1991-2014: SOME ELEMENTS AND COMPARISON**

### **LAS REFORMAS DEL ESTADO Y ADMINISTRATIVA EN BAHÍA EN LOS AÑOS 1991-2014: ALGUNOS ELEMENTOS Y COMPARACIÓN**

**Marcos Venícius Barreto Magalhães, Dr.**

Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia/Brazil

[mvmagalhaes@ig.com.br](mailto:mvmagalhaes@ig.com.br)

#### **RESUMO**

O artigo busca comparar as reformas administrativas realizadas pelos governos socialistas baianos que se iniciam de 2007 até 2014 em relação aos governos neoliberais que se iniciam em 1991 e vão até 2006. Como objetivo geral, buscou-se avaliar a reforma administrativa instituída pela Lei nº 13.204, de 11/12/2014, e outras, do governo socialista baiano, em comparação com as demais reformas neoliberais executadas entre 1991 a 2006. Como objetivos específicos, buscou-se identificar, em cada período, as respectivas reformas, bem como compará-las, a fim de se verificar se cada uma delas exercitou o que prega ideologicamente os seus respectivos partidos. Na parte conceitual, apresentamos esclarecimentos acerca de questões-chave. E como resultado pôde-se constatar que as reformas administrativas dos governos socialistas apenas deram continuidade às reformas neoliberais.

**Palavras-chave:** Reforma administrativa e de Estado na Bahia; Ideologias neoliberais e socialistas.

#### **ABSTRACT**

The article seeks to compare the administrative reforms undertaken by Bahia socialist governments which start from 2007 to 2014 in relation to neoliberal governments that begin in 1991 and continue until 2006. As a goal, we sought to assess the administrative reform introduced by Law No. 13,204 of 11/12/2014, and others, the Bahia socialist government, compared with other neoliberal reforms implemented from 1991 to 2006. As specific objectives, we sought to identify, in each period, their reforms and comparable them in order to verify that each exercised what ideologically preaches their respective parties. In the conceptual part, we present clarifications about key issues. And as a result it could be seen that the administrative reforms of socialist governments just gave continuity to the neoliberal reforms.

**Keywords:** Administrative Reform and State of Bahia; Neoliberal ideologies and socialist.

#### **RESUMEN**

El artículo trata de comparar las reformas administrativas llevadas a cabo por los gobiernos socialistas de Bahía que comienzan 2007-2014 en relación con los gobiernos neoliberales que comienzan en 1991 y continúan hasta el año 2006. Como objetivo, hemos tratado de evaluar la reforma administrativa introducida por la Ley N ° 13.204 del 11/12/2014, y otros, el gobierno socialista de Bahía, en comparación con otras reformas neoliberales implementadas entre 1991 y 2006. Como objetivos específicos, que trató de identificar, en cada periodo, sus reformas y comparables con el fin de verificar que cada uno ejerció lo que predica ideológicamente sus respectivos partidos. En la parte conceptual, presentamos aclaraciones sobre cuestiones clave. Y como resultado se pudo ver que las reformas administrativas de los gobiernos socialistas apenas dieron continuidad a las reformas neoliberales.

**Palabras clave:** Reforma Administrativa y Estado de Bahía; Ideologías y socialista neoliberal.

## 1 INTRODUÇÃO

Este documento visa pesquisar as reformas administrativas e do Estado estabelecidas na Bahia nos períodos 1991 a 2006 e de 2007 a 2014, uma vez que se tratam de momentos político-ideológicos diferentes na governança pública. O primeiro, neoliberal, e o segundo, socialista. Portanto julgamos importante poder saber se efetivamente as reformas foram diferentes.

Justifica-se este trabalho pelo fato de que é preciso avaliar se houve diferenças nas respectivas reformas administrativas e de Estado no período em foco, a fim de se valorar o quanto os partidos “neoliberais” e os “socialistas” são capazes de reformar as suas respectivas burocracias e o Estado em prol do *laisser-faire* ou em prol do poder do trabalhador e do dismantelamento da propriedade privada.

O **objetivo geral** é avaliar as reformas administrativas instituídas pelos governos socialistas, em particular a promulgada pela Lei nº 13.204, de 11/12/14.

E os **objetivos específicos** são:

- a) Identificar, no estado da Bahia, as reformas administrativas e de Estado dos anos 1991 a 2014;
- b) Verificar se essas reformas administrativas e as de Estado (inclusive as analisadas através de modelo econômico) dos governos socialistas tiveram alguma diferença em relação às reformas instituídas pelos governos neoliberais.

Como preliminar, fizemos algumas observações de cunho teórico a fim de que se possa dar clareza aos conceitos que aqui serão utilizados. Além disso, delimitamos este documento ao período que vai da reforma administrativa do governo estadual da Bahia de 1991 até a reforma administrativa de 2014. Por último, afirmamos que a precisão desta avaliação no que tange aos objetivos (geral e específicos) se dará através da comparação entre as reformas administrativas de governos neoliberais e socialistas, dado que cada ideologia (neoliberal ou socialista) tem seu foco próprio, não podendo, a priori e, apenas para efeito de avaliação, executar reformas de Estado e administrativa semelhantes.

Esta é uma pesquisa documental, uma vez que foram feitas todas as suas etapas que, segundo Gil (2010, p. 65), seriam: formulação do problema, identificação das fontes de pesquisa, análise e interpretação dos dados, além do relatório. Traz dados que puderam ser trabalhados e cujos textos foram usados para comparar as medidas tomadas através das diversas reformas administrativas nos governos neoliberais (1991 a 2006) em relação às reformas administrativas dos governos socialistas (2007 a 2015). Importa observar que foram usados vários trabalhos para apoiar este documento, conforme as referências citadas, no entanto a responsabilidade deste texto é única e exclusiva deste autor.

Este artigo contém cinco seções. Além dessa introdução, este documento contém informações sobre a identificação dos partidos em suas respectivas ideologias – além dos conceitos de socialismo e neoliberalismo - na seção dois, os conceitos sobre a Nova Administração Pública e sobre o Estado e a Burocracia, na seção três, a descrição das reformas administrativas (e de Estado) na Bahia de 1991 a 2006 e a descrição das reformas administrativas (e de Estado) na Bahia nos anos 2007 a 2014, além da avaliação, na seção quatro, e a conclusão na seção cinco.

## **2 SOCIALISMO, NEOLIBERALISMO E OS PARTIDOS DOS TRABALHADORES (PT), DA FRENTE LIBERAL (PFL) E DO DEMOCRATAS (DEM)**

### **2.1 O socialismo e o neoliberalismo pelos socialistas**

De acordo com Eaton (1965, p. 275), a propriedade pública dos meios de produção fundamenta a economia socialista, cujo uso deve ser no plano eminentemente social em atendimento às necessidades da comunidade. Já o poder político se encerra no movimento dos trabalhadores, cuja consequência é a transferência das grandes empresas para a propriedade do Estado e a realização do planejamento social. Assim, derruba-se a classe capitalista e as relações de propriedade capitalista. E a produção socialista é gerida através de um plano, construído e administrado visando as necessidades da comunidade. O modo de produção socialista contém, diz Eaton (1965, p. 275), a planificação e a propriedade pública dos meios de produção.

Segundo Napoleoni (1985, p. 382), regula-se o processo produtivo através de um plano geral, porém especificado em planos setoriais e empresariais, onde são fixados a quantidade de bens e meios de produção a produzir, embora cada empresa possa ter uma certa margem de manobra; sobre a divisão do lucro, parte fica com a empresa, parte com o Estado. Este plano contém também os preços de todos os bens, inclusive os salários. O governo tem as receitas provenientes dos lucros das empresas e dos impostos sobre o volume de vendas.

Sobre o termo capitalismo, a corrente socialista entende que o termo designa as formações sociais com predomínio do modo de produção capitalista (há uma estrutura econômica com base na apropriação do excedente, na forma de mais-valia e emprego de trabalho livre; enquanto a estrutura política, que tem um caráter universalista de suas instituições e do direito igualitário, dissimula a desigualdade econômica). Completando, diz Martuscelli (2013, p. 20), o termo capitalista teria características invariáveis, nas quais se dissimula “a desigualdade econômica através da igualdade jurídico-política.”

Para Martuscelli (2013, p. 20), o termo neoliberal é aplicado para uma política de Estado e para uma ideologia específica de “determinada fase do processo de reprodução ampliada do capital.” Há “[...] medidas de redução dos custos da reprodução da força de trabalho e dos direitos sociais, de privatização de empresas e serviços estatais e de abertura econômica (comercial e financeira).” A ideologia neoliberal, diz Martuscelli (2013, p. 21), exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, e rejeita a intervenção do Estado na economia.

### **2.2 O Neoliberalismo por eles próprios e a sua evolução**

O neoliberalismo, pensamento que aparece na década de 1930 e se desenvolve nas décadas seguintes, segundo Moraes (2001, p. 4), seria “[...] um ataque às formas de regulação econômica do século XX, como o socialismo, o keynesianismo, o Estado de bem-estar, o terceiro-mundismo e o desenvolvimentismo latino-americano.” Se as ideias do liberalismo clássico se moveram contra as instituições reguladoras do feudalismo, contra as corporações de ofício e contra o Estado mercantilista, o neoliberalismo se moveu contra o Estado keynesiano, os sindicatos e as políticas de bem-estar social nos países desenvolvidos, além de se mover contra o Estado desenvolvimentista e a democracia populista nos países subdesenvolvidos, afirma Moraes (2001, p.4).

Nos anos 1970 aparecem temas de crise crônica, como: “[...] pressão tributária, crise fiscal, sobrecarga do governo, endividamento do Estado e inflação. A Comissão Trilateral, nessa década, já afirmava que “as democracias são ingovernáveis”, conforme Moraes (2001, p. 35). Outros diziam que as políticas sociais geravam

uma burocracia forte e não responsável, com interesses próprios. Havia uma tirania estatal, arbitrária e gerando incertezas, degradando os valores dos empreendedores, afirma Moraes (2001, p. 35).

A terapêutica é a desregulamentação, privatização, reduzindo o Estado. Houve também, a nível internacional (particularmente, nos governos Thatcher e Reagan), a desregulamentação e a liberalização da parte comercial e financeira entre as nações. Além destes, temos a implementação da lógica neoliberal, e um pouco antes daqueles, no Chile, em 1973, no Uruguai, em 1974, e na Argentina, em 1976, segundo Baruco (2005, p.53).

Na América Latina, nos anos 1980, essa terapêutica é identificada pela renegociação da dívida externa submetida aos programas de ajuste vigiadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, os países subdesenvolvidos participariam da “[...] ‘integração competitiva’ na nova divisão internacional do trabalho”, diz Moraes (2001, p. 36).

Com os percalços na estabilização na América Latina, diz Baruco (2005, p. 56), aparece o Consenso de Washington, em 1989, no qual se prega que a estabilização deve estar acompanhada de reformas. E para melhor esclarecer tais reformas, já que teriam de alterar aspectos políticos-institucionais, fez-se nova reunião em 1993. Então, tivemos nos anos 1990: estabilização macroeconômica e reformas estruturais (abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização etc.). Do final dos anos 1990 em diante, tivemos ainda, na implementação neoliberal, o Pós-Consenso de Washington, através de duas visões: a primeira, que pregava medidas para reduzir a pobreza e a desigualdade. A segunda, segundo Baruco (2005, p. 63-64), propõe o desenvolvimento sustentável, igualitário e democrático e de que o governo deve complementar o mercado, dentre outras coisas.

### 2.3 A identificação dos partidos PT, PFL e DEM nas suas respectivas ideologias

Segundo Tarouco e Madeira (2013, p. 6), afere-se a posição de um partido por vários métodos, dentre os quais pode-se destacar os que se baseiam no que o próprio partido se identifica e no que os analistas ou eleitores o fazem. O próprio partido faz sua declaração através de seus membros ou através dos documentos partidários, via análises dos programas, manifestos e discursos. Já a aferição realizada através dos analistas ou eleitores, pode ser medida pelos cientistas políticos ao analisar as posturas dos políticos, através da imagem construída dos partidos políticos pelo povo ou ainda através dos especialistas (acadêmicos ou imprensa). Aqui, aferiremos a posição do Partido dos Trabalhadores via as declarações deste nos documentos partidários que se encontram nos programas, manifestos e discursos. Já a aferição das posições do Partido da Frente Liberal (PFL) e do Democratas (DEM), ocorrerá através da imagem construída via especialistas (acadêmicos) e via membros de seus partidos.

Para confirmar que o Partido dos Trabalhadores (PT) tem a ideologia socialista ou busca a transição ao socialismo, indicamos o documento “*O Socialismo Petista*”, disponível no sítio da Fundação Perseu Abramo (1999), órgão oficial desse partido, conforme o Estatuto dessa agremiação, em seu artigo 16, item B, inciso III.

Nesse documento, é dito que “[...] a ambição histórica do PT já era, na sua origem, nitidamente socialista. E os dez anos que se seguiram [...], só fizeram confirmar nossa opção anticapitalista e robustecer os compromissos transformadores do PT.” Nesse mesmo documento, afirma-se que:

Com o sentido geral da nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva da nossa utopia, isto é, da sociedade

socialista pela qual lutamos. [...] para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1999).

Esse documento da Fundação Perseu Abramo (1999), no item 10, diz também que

O PT não concebe o socialismo como futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos [...].

E no item 11, afirma que “Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre os cidadãos, não será ciosa do direito à diferença [...]” E ainda no item 11, diz que

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção [...] Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal [...] Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social [...] Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no seu conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob controle social (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1999).

Portanto, não há dúvida de que, em geral, para os militantes do Partido dos Trabalhadores o Estado sempre representou uma classe no poder, que é a dos capitalistas em detrimento dos trabalhadores, os quais devem combatê-los, retirando-se qualquer hipótese de um Estado, na teoria, ser neutro. Em sendo assim, a reforma administrativa de seu governo teria que ser encarada como uma aproximação para atingir tal fim.

No que tange ao PFL, fundado em 1985 e ao DEM, este fundado em 28/03/2007, vamos caracterizá-los através da visão de membro do partido e através de acadêmicos.

O PFL teve como documentos básicos, segundo Tarouco (1999), o “Compromisso com a Nação”, de 07/08/1984, e o “Manifesto ao Povo Brasileiro”, de 19/12/1984. O senador pelo PFL, senhor Marco Maciel, publicou um livro em 1985, no qual diz que, conforme Tarouco (1999, p. 67),

Somos um partido em que cabem todas as concepções liberais; do liberalismo político clássico, que nem velho e antigo foi menos útil e proveitoso para a história da formação política das nações, ao que é hoje a não menos generosa ideia do neoliberalismo [...].

Marco Maciel, em seu novo livro lançado em 1989, afirmou que, diz Tarouco (1999, p. 67-68), o neoliberalismo é a “última fase na evolução histórica do liberalismo econômico.”

Já o Democratas (DEM), segundo Ribeiro (2012, p. 4), foi apenas a refundação do PFL. O PFL trocou de nome para DEM para “reposicionar a legenda no mercado político brasileiro e, principalmente, dar-lhe nova identidade frente ao eleitor”, afirma Ribeiro (2012, p. 4). E esse processo de troca de nome teve também como motivador a transição do PFL para oposição, uma vez que até então “[...] sempre manteve relações próximas, com o poder federal [...]”, diz Ribeiro (2012, p. 11).

Para Maia (2007), “Os Democratas são liberais, sim. Nossos compromissos começam com a liberdade que só se afirma num Estado democrático de Direito e com garantias de mínimos sociais.”

Maia (2013, p.1) diz que

O partido é uma das poucas agremiações com coragem para resguardar uma postura que pode ser chamada de liberal. Defende, por exemplo, o livre comércio com justiça social, o tamanho adequado do Estado frente às necessidades do País, a rigorosa estabilidade econômica, os direitos individuais, um sistema político plural e participativo, a liberdade irrestrita de imprensa, a diminuição da carga tributária. Como horizonte, o Democratas acredita que o Estado deve servir à sociedade e não a sociedade ao Estado [...].

Caracterizado o PT como um partido socialista, e que vai nos servir, dado que governa a Bahia desde 01/01/2007, e caracterizados o PFL e o DEM como neoliberais (e que governaram a Bahia desde 15/03/1991 até 31/12/2006), trataremos de conceituar a “Nova Administração Pública” e o “Estado e a Burocracia” sob as óticas neoliberal e socialista.

### 3 A NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O ESTADO E A BUROCRACIA

#### 3.1 Sobre a Nova Administração Pública

A administração privada sempre foi hegemônica, sendo que a partir da década de 1970, houve uma maior tentativa de transferir a gestão privada para a área pública, tornando-se mais importante ainda na década de 1980, com a *new public management*. É o serviço público como um negócio (a lógica empresarial no setor público), ou seja, é a administração pública gerencial, diz Paula (2007, p. 22).

No entanto, há quem entenda que esse modelo de gerir a coisa pública apenas reproduz a centralização do poder e limita o acesso dos cidadãos às decisões. Como esse modelo imita a gestão empresarial, desvia-se de opções que melhor se adequem ao setor público, diz Paula (2007, p. 23).

A nova administração pública tem como base teórica (e origem dos modelos de reforma e gestão do Estado) o pensamento neoliberal e a teoria da escolha pública (além do neo-institucionalismo), diz Paula (2007, p. 27), cujo objetivo é incrementar a eficiência do Estado.

O FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foram fortes influenciadores para que os países latino-americanos aderissem à reforma do Estado através da lógica do mercado, diz Paula (2007, p. 112). Além disso, enfatizaram que o modelo de gestão do Estado a ser adotado fosse com características da nova administração pública.

A reforma do Estado brasileiro no pós 1990 foi a reforma gerencial, já que conteve os princípios do gerencialismo, como, segundo Paula (2007, 130):

melhorar as decisões estratégicas do governo e da burocracia; garantir a propriedade e o contrato; promovendo um bom funcionamento dos mercados; garantir a autonomia e capacitação gerencial do administrador público; e assegurar a democracia através da prestação de serviços públicos orientados para o ‘cidadão-cliente’ e controlados pela sociedade.

O modelo de gestão foi o da administração pública gerencial, que conteve: administração profissional, descentralização, incremento da competição entre unidades administrativas, disciplina no uso dos recursos, indicadores de desempenho, incremento no controle dos resultados e maior uso de práticas de gerir o setor privado.

Essa adesão a esse tipo de reforma gerencial no Brasil começou, diz Paula (2007, p. 125), logo após e em decorrência do ajuste estrutural da economia, quando o governo Collor seguiu as recomendações neoliberais (redução da presença do estado e outras restrições).

### 3.2 Sobre o Estado e a Burocracia

Para Adam Smith, segundo Paula (2007, p.28), o Estado tem três funções: manter a segurança interna e externa, assegurar que os contratos sejam cumpridos e prestar serviços essenciais ao público.

No que tange à administração da economia, as ideias liberais propõem a não intervenção, posto que admite uma “mão invisível” de mercado, à qual aloca de forma ótima os recursos para desenvolver a área econômica e a área social. Após a crise da economia de 1929, houve uma reavaliação do papel do estado, em que este passa a ter um papel mais importante na economia.

E na década de 1980, diz Paula (2007, p.33), os pensadores da escolha pública (aqueles que aplicam princípios da economia para esclarecer temas da ciência política) criticavam a burocracia do Estado. Anthony Downs (1967 apud PAULA, 2007) entendia que os políticos realizam os seus interesses particulares egoístas, buscando maximizar seus salários, status e poder.

Para Paula (2007, p.34) citando Niskanen (1971), essa maximização do burocrata público gera ineficiências ao desviar o comportamento racional para maximizar o orçamento sob sua direção, uma vez que há falta de competição e orientação para o lucro, o que conduz os burocratas ao uso ineficiente das informações na solução dos problemas administrativos. Com isso, propõe-se remover a burocracia pública, pois os serviços públicos poderiam ser realizados pelo setor privado através do mercado com ganhos de eficiência. Justifica-se assim, de forma racional, a privatização dos serviços públicos.

Segundo Bresser Pereira (2005, p. 275-277), a burocracia serviu para lutar contra o nepotismo e a corrupção (contidos na administração patrimonialista), embora amparada em princípios profissionais, além de ser impessoal, formal e racional. Já a Administração Pública Gerencial é orientada para o cidadão e para se conseguir resultados, além de utilizar o contrato de gestão para controlar os gestores públicos etc.

Já o entendimento da corrente socialista sobre a burocracia, conforme Lênin (1979) citado por Martorano (2002, p. 117), é de que o que existe é uma deformação burocrática, uma vez que aquela tende a se colocar acima das massas, pois os burocratas estão ligados à burguesia (já que não possuem um poder próprio, mas um poder derivado do poder da burguesia), mantendo e exercitando a exploração capitalista. Apesar da burocracia não possuir um projeto de domínio próprio diferenciado do projeto da classe dominante, e de poder haver conflitos entre ambas, as duas instituições se unem no interesse de preservar o Estado burguês.

E para solucionar tal situação, Lenin (1979) citado por Martorano (2002, p.118) não se interessou pela racionalidade burocrática (“uma melhor organização técnica do trabalho administrativo”, acima das classes e independente da política). A sua proposta é a supressão da burocracia, ou seja, acabar com a distinção deste grupo em relação ao grupo dos trabalhadores, ainda que não seja de imediato.

No Estado operário não pode existir “um Estado dos funcionários” com base em uma burocracia onde os trabalhadores não exerçam seu controle, não exerçam sua supremacia política no que o Estado fará (planejamento e implementação).

E a solução de Lenin (1979) citado por Martorano (2002, p.119), para isso é a presença de todos os trabalhadores na definição das tarefas estatais e na sua implementação, onde todos sejam temporariamente funcionários, sem se tornarem burocratas (é a obreirização do Estado). Haveria, para isso, uma rotatividade no aparelho estatal, cujo futuro seria o autogoverno dos produtores diretos no comunismo (quando se daria o fim da burocracia). E antes desse fim, os novos aprenderiam as tarefas com os antigos burocratas. Além disso, ainda antes desse fim, Lenin (1979) sugere, diz Martorano (2002, p. 139-140), substituir o critério único da

competência no recrutamento e na promoção do funcionário pelo critério de classe, em primeiro lugar, secundado pelo critério da competência administrativa.

#### **4 SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA E A REFORMA DE ESTADO**

Segundo Bresser Pereira (2005, p. 22-23), a reforma de Estado ocorre quando se altera a presença do Estado na economia. Por exemplo, quando há estatização ou desestatização, quando há terceirização dos serviços públicos etc. Já a reforma administrativa ocorre, segundo Bresser Pereira (2005, p. 23-24) quando se altera a forma de funcionamento do aparelho do Estado. Por exemplo, quando se muda o funcionamento da máquina estatal de burocrática (que tem o foco nos procedimentos, já que se obedece a normas) para a gerencial (que foca os resultados, uma vez que se subordina à qualidade dos serviços prestados, à sua quantidade, dentre outras coisas).

Feitos os esclarecimentos básicos acerca da ideologia do PT, do PFL e do DEM, do socialismo e do neoliberalismo, do significado e da origem da Nova Administração Pública e da relação entre o Estado e a Burocracia nas seções anteriores, a seção seguinte buscará descrever as reformas administrativas da Bahia nos anos 1991 a 2006.

##### **4.1 As reformas administrativas e de Estado no Brasil: alguns elementos**

Os fatores que impulsionaram as reformas na gestão pública estadual na metade da década de 1990 em diante, segundo Abrúcio e Gaetani (2008), foram: a crise financeira dos estados, bem como as propostas pró-ajuste fiscal; a propagação de reformar administrativa e politicamente o Estado via Nova Gestão Pública; o espalhamento de boas práticas e inovações de gestão; o reconhecimento das vantagens com os fóruns federativos entre os estados; e a construção de rede entre a União e os diversos governos estaduais.

No bojo do Plano Real, aliado aos problemas financeiros no período da redemocratização, com o fim da inflação alta, com a privatização de grande parte dos Bancos estaduais, com a renegociação das dívidas e com o enquadramento das finanças estaduais, os governos dos estados buscaram diminuir os gastos e obter mais eficiência. Por exemplo, a crise fiscal implicou a criação de novas tecnologias para racionalizar os gastos da administração. Houve investimentos em informatização e no governo eletrônico, e a burocracia do fisco estadual foi fortalecida, inclusive com o Programa de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em suma, a nova agenda de reforma dos governos dos estados, onde a questão fiscal era uma das mais importantes, contemplou: o governo eletrônico, compras governamentais, melhoria do fisco, ampliação da descentralização e da desconcentração, visando à diminuição de gastos e de custos.

Nos anos 2003 a 2009, o governo federal socialista, segundo Abrucio (2007, p.6), manteve várias iniciativas de modernização do Estado do governo neoliberal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como: fortalecimento de algumas carreiras, na área do governo eletrônico, na formatação da Controladoria Geral da União e intensificou a discussão do Plano Plurianual (PPA) com parte da sociedade brasileira, mas não conseguiu estabelecer uma agenda em favor da reforma da gestão pública e loteou exageradamente os cargos públicos (o que politizou a administração indireta e os fundos de pensão).

E no plano federativo, o governo socialista instituiu o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) e o Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX). Esses programas se diferenciam do PNAFE instituído pelo governo neoliberal do PSDB pelo fato de que este foi pioneiro em auxiliar os governos dos estados na parte financeira, enquanto aqueles visavam à gestão pública (reconstruir a administração pública no que tange ao planejamento, aos recursos humanos e à ligação com as políticas públicas a ao atendimento ao cidadão). Adicione-se que não houve nenhum projeto de reforma do Estado no governo socialista, diz Abrucio (2007, p. 7).

#### **4.2 A visão marxista da reforma administrativa e do Estado**

Segundo Alves (2001), a crise que se aponta é o do Estado Capitalista, o qual viverá sempre em crise, uma vez que o Estado de Bem-Estar do século XX apenas a estancou, e que se aprofunda com o neoliberalismo. E para a sustentação do neoliberalismo no Brasil, por exemplo, privatizou-se, terceirizou-se, tornaram-se as relações de trabalho precárias etc. Os instrumentos que os Estados Nacionais usam para dar uma sobrevida ao capital (ampliar a margem de lucro) foram mudanças nos orçamentos e no papel desses Estados nos serviços a serem prestados e na produção direta.

A crise administrativa apenas exige modificações superficiais nos aparelhos do Estado para continuar a dominação da burguesia, inclusive adequando o Brasil à nova ordem econômica mundial.

A modificação para um modelo gerencial de funcionamento de Estado, diz Alves (2001), não é apenas administrativo, mas altera a propriedade e a relação propriedade privada e propriedade estatal. Não é apenas uma alteração para atender ao cliente.

No caso da propriedade, de acordo com Alves (2001), o que se busca é repassar o patrimônio público para o setor privado, aumentando a concentração do lucro e desobstruindo a possibilidade de aumentar a margem de lucro.

E o modelo gerencial, cuja origem é a busca da superação do fordismo/taylorismo originada nas montadoras de carros, é transferido de realidades nacionais distintas e do setor privado para a administração pública. Além disso, afirma Alves (2001), o suposto objetivo desse modelo de atingir maior eficiência, eficácia e modernidade, o que se transfere são ações, os serviços e responsabilidades do setor estatal, ou seja, é privatizar a coisa pública.

#### **4.3 As reformas administrativas e de Estado na Bahia: de 1991 a 2006**

A corrente política mais vinculada ao Estado mínimo, cujo primeiro governo vai de 15 de março de 1991 a 2 de abril de 1994, segundo Laczynski e Pacheco (2009), executou o ajuste fiscal (controle de gastos e redução de despesas, neste caso, extinguiu 19 organismos e 1.537 cargos em comissão) através da Lei nº 6.074, de 22/05/1991. Segundo Vieira (2006, p. 91), o governo neoliberal seguinte (1994 a 1997) conseguiu fazer novos investimentos públicos, uma vez que o ajuste fiscal do governo imediatamente anterior produziu uma poupança estadual. Criou o Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC) em março de 1995. Aí aparece o Programa Estadual de Desestatização (PED), através do decreto nº 5.441, de maio de 1996; já o decreto estadual nº 4.409, de 21/07/1995, regulamentou a terceirização de serviços auxiliares em diversas áreas (segurança

patrimonial, vigilância, limpeza e conservação). Na área da saúde também houve a terceirização dos hospitais públicos. Em janeiro de 1997, instituiu-se o incentivo às organizações sociais através da Lei nº 7.027, de 01/01/1997, que foi uma antecipação aos programas do governo federal e era uma possível resposta à crise da prestação de serviços pelo governo, diz Vieira (2006, p. 97).

De 1998 a 2002, também um governo da corrente neoliberal, regulamentou-se a terceirização dos serviços de reprografia, através do decreto nº 7.570, de 10/05/1999 (BAHIA, 1999a). E em novembro de 1999, a Instrução nº 006 orientou os órgãos e entidades públicas sobre como deveria ser a contratação desses serviços (BAHIA, 1999b).

E o último governo da corrente do Estado mínimo, período de 2003 a 2006, implantou a Reforma Administrativa, buscando a modernização da máquina administrativa (investiu na modernização de Recursos Humanos (RH), com base em tecnologias da informação, criação de carreiras e critérios para avaliação de resultados, criação da Universidade Corporativa etc.). O Governo deixou de fazer compras públicas para ser normatizador e descentralizador da gestão e contratação de serviços (criou o portal de compras eletrônicas). Priorizou as Parcerias Público Privadas (PPP), criou a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações (a AGERBA).

#### 4.3.1 A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ)

Segundo Vieira (2006, p. 104), houve a modernização da SEFAZ desde os anos 1990, seja nos processos de trabalho, seja na sua organização, através da capacitação dos fiscais, em melhores informações sobre os contribuintes, na tecnologia, no planejamento e controle e nas instalações.

Houve simplificação na legislação tributária e houve também a padronização e simplificação nos processos e procedimentos. Além disso, foram instituídos procedimentos via Internet.

#### 4.3.2 As reformas administrativas na Bahia: de 2007 a 2014

De acordo com Laczynski e Pacheco (2009), entre 2007 e 2010, no primeiro governo socialista, os programas mais importantes que reformavam administrativamente o Estado das gestões anteriores foram mantidos, muito embora se esperasse uma reforma política do Estado (como a estatização da COELBA, a desterceirização e outros). Os socialistas alegaram que os governos neoliberais só atingiram a estabilidade como resultado, mas que eles tinham como missão o desenvolvimento. Para tal, almejavam a melhoria de qualidade dos gastos e o seu programa “Compromisso Bahia” buscava desenvolver a responsabilidade dos servidores no combate ao desperdício, monitorar e avaliar o gasto, e reestruturar e aperfeiçoar os processos. Buscaram dar suporte técnico e financeiro aos municípios baianos. Houve ainda uma forma de gerir a coisa pública de forma participativa.

Segundo a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB, 2015), o que se buscou foi a qualidade do gasto público, a profissionalização do Estado (inclusive a valorização do servidor público) e a modernização da gestão, tudo isso para melhorar e efetivar a prestação de serviços pelo Estado. Afirma-se que as unidades do SAC quase foram duplicadas. E na “Nova Gestão Pública” do governo socialista, a SAEB (2015, grifo nosso) assegura que a qualidade do gasto e a satisfação do interesse público **transcende o espectro**

**ideológico.** Por exemplo, para mudar a realidade social do Estado só pode ser via melhoria constante da prestação de serviços na educação, na saúde, na segurança e na geração de emprego e renda.

A reforma administrativa que foi aprovada em dezembro de 2014, instituída pela Lei nº 13.204/14 (BAHIA, 2014), trouxe os elementos de sempre: extinção e criação de secretarias, reestruturação de órgãos e a extinção de cargos públicos, a fim de economizar recursos e ampliar a qualidade dos serviços e modernizar o Estado. Há ainda a qualificação da gestão, o reforço nos controles internos das secretarias e a eliminação de áreas comuns entre os órgãos.

#### **4.4 Avaliação**

##### **4.4.1 Avaliando as reformas administrativas**

Diante da crise financeira do estado da Bahia, da necessidade do ajuste fiscal e do espalhamento dos efeitos positivos que a reforma administrativa e do Estado trariam à burocracia e à economia, os governos neoliberais baianos (1991 a 2006), desestatizaram, terceirizaram várias áreas, incentivaram às organizações sociais, modernizaram a máquina pública e passaram a ser mais reguladores de serviços públicos (como em energia, transportes e comunicações). Essas transformações, ao que parece, seguiram bem alinhadas ao ideário neoliberal.

Os governos socialistas apenas mantiveram todas as reformas das gestões neoliberais, muito embora tivessem declarado que almejavam não só a estabilidade, mas também o desenvolvimento. Dentre os objetivos a serem alcançados, buscaram a qualidade do gasto público, a profissionalização do Estado e a modernização da gestão. Em síntese, mantiveram todos os termos da “Nova Gestão Pública”, que é uma característica dos governos neoliberais.

A reforma administrativa do governo atual, promulgada em dezembro de 2014, por exemplo, conforme se pôde verificar, teve como objetivo apenas modificar a estrutura organizacional pública, através da redução do número de Secretarias, de Entidades do Estado e de cargos públicos, criar novas Secretarias de Estado, bem como transferir a vinculação de Órgãos e Entidades, visando controlar as atividades do setor público em geral, além da modernização administrativa, da informatização e da gestão de recursos humanos.

O que parece vir a ser instituído por mais uma reforma administrativa do governo socialista é a tentativa de substituir uma administração burocrática por uma administração gerencial, talvez esquecendo de direcionar as reformas aos problemas que julga existir no padrão de riqueza e renda no estado da Bahia, conforme apregoa nos programas de seu partido, para apenas mudar o tipo de administração pública.

##### **4.4.2 A Reforma do Estado**

Sem se preocupar com as questões fundamentais presentes no pensamento socialista - ou seja, que teria que ser uma reforma do Estado visando buscar um novo padrão de financiamento da economia e de melhorar a sua capacidade de reduzir as desigualdades sociais e econômicas do estado da Bahia através de políticas públicas de distribuição de riqueza e renda, conforme Dain e Soares (1998 apud OLIVEIRA, 2011) -, o governo da Bahia propõe realizar, nessa reforma administrativa instituída na Lei nº 13.204/14, uma alienação onerosa integral ou parcial do capital societário da Empresa Baiana de Alimentos S.A (EBAL), empresa cuja competência, dentre outras coisas, visa “executar programas especiais voltados para a população de baixa renda, envolvendo a

dispensação e distribuição de medicamentos, exploração de restaurante popular e atendimento ao cidadão [...]” (EBAL, 2007), o que segundo Alves (2001), serviria para ampliar a margem de lucro do capital e para incorporar patrimônio aos capitalistas.

O governo socialista manteve também a terceirização da mão de obra que, segundo Santos (2000, p.187), resultou da Nova Gerência Pública (aproximação dos padrões de comportamento dos entes públicos dos privados, sendo estes visando o lucro e aqueles a eficiência), ao adotar medidas para reduzir custos. Com isso, quadros públicos permanentes se mantêm regidos pelo regime jurídico administrativo. E as limitações dele decorrentes conduzem à terceirização para atender à “administração eficiente”, passando as administrações públicas a incorporar as características da administração privada, onde o empregado enfrenta a alta rotatividade, a sua contratação é temporária etc.

Adicione-se que, nessa reforma, os serviços que, na visão de Santos (2000, p.188), seriam de responsabilidade direta do Estado, como nas áreas de saúde, educação e outras, na verdade, seriam inadequadas para serem reformadas e passarem a ter a cultura gerencial.

Segundo Santos (1997, p. 278), o melhor seria reformar o Estado visando instituir o modelo de gestão democrática, ou seja, dar-lhe o caráter republicano do Estado, com a retirada do caráter privado e patrimonial, com espaços à sociedade civil para controlar o Estado via participação de usuários, funcionários e cidadania na administração das políticas e serviços públicos. Tarso Genro (1997 apud SANTOS, 1997, p. 278), propõe eliminar a separação burocrática do Estado em relação à sociedade, através de controle direto da sociedade. Nesse caso, haveria uma supressão do sistema representativo para resgatar a cidadania, conforme Soares (apud SANTOS, 1997, p. 279).

#### 4.4.3 Avaliando as reformas administrativas e de Estado sob o ângulo do Modelo Econômico

Levando-se em consideração as questões puramente econômicas, pode-se observar que no modelo econômico baiano até a década de 1960, conforme Cerqueira (2007), houve apenas uma reprodução das estruturas subdesenvolvidas (foi o processo de substituição de importações), com os centros de decisão fora do estado, concentração de renda elevada, obstáculo na incorporação de mão de obra, concentração espacial da produção, pouco encadeamento produtivo e subordinação tecnológica. Já na década de 1970, a Bahia se adequou à indústria brasileira sendo produtora de bens intermediários para o sudeste. Nos anos 1991 a 2006, procurou se introduzir os padrões de consumo dos países do primeiro mundo no estado da Bahia para inserir este na economia internacional, o que dificultou mais a falta de difusão do progresso técnico. Foi a tentativa de inserir a Bahia na globalização.

No entanto, a despeito do suposto conteúdo ideológico socialista do PT que é contrário aos padrões de consumo de alta renda, chama a atenção que, nos últimos anos, o governo baiano, através do Decreto nº 12.469/10 (BAHIA, 2010), reduziu a carga tributária de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre joias, gemas, metais preciosos e afins para 4% (que somente é justificável se o encadeamento do segmento produz resultados auspiciosos), quando se sabe que a carga tributária indireta junto às pessoas de baixa renda no estado da Bahia é uma das mais altas dentre os estados brasileiros, conforme podemos verificar na tabela abaixo (tabela essa que se baseia no estudo de Pintos-Payeras (2010, p. 155), para estimar a carga tributária sobre a população brasileira, e é composta de microdados de 2002-2003, além da legislação tributária nos três níveis de governo. Observe-se

que os dados da tabela abaixo foram retirados parcialmente da tabela original, e nos servirá para comparar a carga tributária indireta - ou seja, o ICMS com percentual da renda familiar nas diversas classes por unidade da federação).

Os dados da tabela 1 apresentam pelo menos dois elementos de análise: qual a fonte de financiamento da economia a nível estadual tomando como base os recursos gerados pelo ICMS e a carga tributária propriamente dita por nível de renda familiar e por unidade da federação.

No caso do financiamento da economia através de recursos oriundos do tributo estadual, observa-se que, em boa parte, é fruto das famílias de baixa renda, e isso se verificando para todo o Brasil, uma vez que as mesmas têm uma carga tributária proporcionalmente maior do que as de alta renda. E isso se confirma ao observarmos que, as famílias com renda de até R\$ 2.000,00, contribuíram para financiar a economia via gastos do governo sempre acima de 7%, em média, chegando ao pico de 12% (neste caso, para os que ganham até R\$ 400,00). E no lado oposto, para os que tiveram renda familiar acima de R\$ 3.000,00, em média, contribuíram sempre abaixo de 7%, em termos médios, para financiar a economia de seus respectivos estados. Já as famílias cuja renda foi mais de R\$ 6.000,00, a contribuição para financiar os gastos públicos em prol da economia dos seus respectivos estados, em termos médios, foi de apenas 4,16%

No que tange à carga tributária propriamente dita, na Bahia, por exemplo, nos anos 2002/2003 (inclusive com a legislação da época), famílias que ganhavam até R\$ 400,00 tinham uma carga tributária na ordem de 10,25%, enquanto as famílias que auferiam mais de R\$ 6.000,00 tiveram uma carga tributária de 5,84%, ou seja, aquelas contribuíram com quase o dobro destas. Esse resultado era de se esperar, já que os impostos indiretos são regressivos e o sistema tributário de um país decorre do potencial da sua estrutura econômica. No entanto a carga tributária do estado do Paraná, para o mesmo período e com a legislação da época, para níveis de renda familiar de até R\$ 400,00, atinge apenas a 8,57%. Isso significa que é possível aliviar a capacidade de compra das famílias utilizando o ICMS como instrumento, desde que se amparando nas regras do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Com esses elementos estruturais acima elencados (modelo econômico que, inicialmente, apenas reproduzia as estruturas subdesenvolvidas; depois, que se tornou produtor de bens intermediários para o sudeste brasileiro; introduziu o efeito demonstração – motivou o indivíduo para copiar os padrões de consumo dos países desenvolvidos; e, por último, uma estrutura tributária com carga alta para os indivíduos de baixa renda e cuja arrecadação serviu para financiar/reproduzir esse último modelo econômico), observamos que os governos socialistas parecem não ter dado atenção a sua ideologia na busca de alterar esse quadro econômico.

Tabela 1 - Carga tributária indireta (ICMS) % sobre a renda familiar segundo as classes selecionadas em cada UF

UF	De 0 a 400	Mais de 400	Mais de 600	Mais de 1.000	Mais de 1.200	Mais de 1.600	Mais de 2.000	Mais de 3.000	Mais de 4.000	Mais de 6000	Média
		até 600	até 1.000	até 1.200	até 1600	até 2.000	até 3.000	até 4.000	até 6.000	de 6000	na UF
RO	13,66	10,94	9,88	8,85	8,66	8,50	7,38	6,02	4,97	3,17	6,72
AC	13,14	10,95	8,82	6,03	8,85	9,83	7,56	6,35	7,02	4,20	7,57
AM	12,44	9,94	8,57	8,79	7,78	7,94	6,18	8,13	6,44	4,65	7,40
RR	17,65	13,31	11,18	9,24	8,68	7,37	7,61	8,12	6,05	4,14	8,11

**REFORMAS DE ESTADO E ADMINISTRATIVAS NA BAHIA NOS ANOS 1991 A 2014: ALGUNS ELEMENTOS E COMPARAÇÃO**

PA	11,91	10,65	9,47	8,88	9,15	7,81	6,71	6,61	5,66	3,60	7,60
AP	17,19	15,85	12,84	12,85	8,47	13,43	7,12	10,63	6,04	4,27	9,31
TO	14,32	9,84	10,01	8,55	7,50	9,32	8,09	4,63	6,29	2,69	6,94
MA	12,59	9,75	8,37	9,06	8,12	7,51	6,11	6,20	6,21	4,85	8,08
PI	13,85	11,54	10,51	8,74	8,44	8,25	7,64	8,42	7,01	4,93	8,64
CE	12,58	10,41	9,16	9,16	8,07	7,70	7,85	6,80	8,35	4,75	7,66
RN	12,87	9,43	9,21	8,53	7,47	7,22	6,97	5,79	6,35	4,82	7,41
PB	11,06	8,82	8,16	8,24	7,18	7,08	6,69	5,28	5,34	4,13	7,09
PE	11,25	9,39	8,89	7,96	8,20	7,18	7,18	7,18	5,69	4,75	7,56
AL	10,68	8,53	8,15	7,87	8,24	6,59	7,40	5,57	4,43	3,33	6,20
SE	10,13	9,62	8,66	9,20	6,89	8,64	7,52	5,91	6,31	4,90	7,45
BA	10,25	9,38	8,38	7,87	7,35	6,50	7,24	7,83	5,16	5,84	7,21
MG	9,99	8,41	7,05	7,35	6,83	7,15	5,84	5,47	5,36	3,57	5,60
ES	9,19	7,63	7,21	6,03	6,53	5,95	5,93	5,70	5,42	3,91	5,51
RJ	9,21	8,38	6,54	6,54	6,72	5,86	5,96	5,57	5,67	3,95	5,24
SP	10,12	7,69	7,53	7,13	6,51	7,63	6,19	5,72	5,16	3,98	5,56
PR	8,57	8,44	7,71	8,04	7,34	6,70	6,78	6,59	5,80	4,32	6,18
SC	12,83	10,70	7,54	6,69	6,89	7,10	7,14	6,46	5,37	3,67	6,13
RS	10,74	8,10	7,79	6,82	9,01	7,36	6,98	6,08	5,50	3,75	6,05
MS	9,73	9,20	8,30	8,48	6,99	6,95	6,31	6,07	5,99	3,93	6,46
MG	13,52	12,02	9,26	8,50	8,81	8,50	7,79	6,78	5,71	4,79	7,72
GO	11,44	9,72	8,28	8,06	7,35	6,99	6,50	6,03	5,39	3,47	6,19
DF	12,24	8,11	7,68	6,02	7,26	7,42	6,49	6,03	5,09	3,99	5,06
Média(*)	11,97	9,88	8,71	8,13	7,75	7,72	6,93	6,52	5,84	4,16	6,91

Fonte: Pintos-Payeras (2010, p. 178-186).

Notas: Elaboração do autor do presente artigo (2015).

(\*) Média aritmética simples.

## 5 CONCLUSÃO

O artigo buscou comparar as reformas administrativas dos governos socialistas do estado da Bahia dos anos 2007 a 2014 com as realizadas pelos governos neoliberais baianos dos anos 1991 a 2006. Inicialmente, conceituamos o socialismo, o neoliberalismo e identificamos os partidos políticos PT, PFL e DEM nas suas respectivas doutrinas. Identificamos também, em cada período, as respectivas reformas administrativas e de Estado, fizemos as comparações propostas e tentamos verificar se cada uma delas (inclusive via análise do modelo econômico) exercitou efetivamente o que fala ideologicamente os seus próprios partidos.

E diante dos elementos acima apresentados, ou seja, diante das reformas neoliberais no âmbito da administração pública e de Estado realizadas pelos governos baianos nos anos 1991 a 2006 comparadas às reformas nas mesmas instituições executadas pelos socialistas nos anos 2007 a 2014, podemos concluir que

parece não ter havido diferenças de monta que justificassem as divergências ideológicas dos seus respectivos partidos.

---

Artigo submetido para avaliação em 23/03/2015 e aceito para publicação em 03/10/2015

---

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Rev. Adm. Pública**, v. 41, 2007.
- ABRUCIO, Fernando Luiz ; GAETANI, Francisco. **Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados: agenda, aprendizado e coalizão**. 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/Texto%20de%20Abrucio%20e%20de%20Gaetani.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2015.
- ALVES, Eduardo. Uma análise crítica do Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado. **Revista Urutúgua**, v. 1, n. 3, dez. 2001.
- BAHIA. Decreto nº 7.570 de 10 de maio de 1999. Dispõe sobre a contratação de serviços de reprografia de documentos nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial [do Estado - DOE]**, Salvador, 10 maio 1999a.
- BAHIA. Decreto nº 12.469 de 22 de novembro de 2010. Institui tratamento tributário aplicável às operações com gemas, joias, metais preciosos e afins. **Diário Oficial [do Estado - DOE]**, Salvador, 23 nov. 2010.
- BAHIA. Instrução nº 006, de 12 de novembro de 1999. **Diário Oficial [do Estado - DOE]**, Salvador, 12 nov. 1999b.
- BAHIA. Lei 13.204, de 11 de dezembro de 2014. **Diário Oficial [do Estado - DOE]**, Salvador, v.99, n. 21.594, 12 dez. 2014.
- BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington**. 2005. Dissertação. (Mestrado em Economia)- Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia, 2005.
- CERQUEIRA, Daniela Franco. **Incentivos fiscais e investimentos na indústria de transformação no estado da Bahia (1994 a 2004): internacionalização produtiva e subdesenvolvimento**. 2007. Dissertação (Mestrado)- Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP, 2007.
- EATON, John. **Manual de economia política**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- EBAL - EMPRESA BAIANA DE ALIMENTOS S.A. **Estatuto da Empresa Baiana de Alimentos S/A EBAL**. Salvador, 2007. Disponível em: <[http://www.ebal.ba.gov.br/novagestao/arq/Estatuto\\_Ebal\\_2007-02.pdf](http://www.ebal.ba.gov.br/novagestao/arq/Estatuto_Ebal_2007-02.pdf)> Acesso em: 12 mar. 2015.
- ENCONTRO: DECLARAÇÃO FINAL – SÃO PAULO (BRASIL), 1., 1990, São Paulo. **Anais...** 1990 Disponível em: <<http://forodesaopaulo.org/declaracao-final-dos-encontros-do-foro-de-sao-paulo-1990-2012/>> Acesso em: 12 mar. 2015.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. O Socialismo Petista. In: CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES BELO HORIZONTE (MG), 2., 1999, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/uploads/resolucoesIIcongresso.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LACZYNSKI, Patrícia ; PACHECO, Regina Silvia Viotto Monteiro. Reformas administrativas e sua continuidade com mudanças de governos: os casos da Bahia e de Pernambuco. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA – PAINEL 60: POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO: CONTINUIDADE E MUDANÇA DOS GOVERNOS, 2., Brasília, 2009. **Anais...** 2009. Disponível em:

<[http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material\\_%20CONSAD/paineis\\_II\\_congresso\\_consad/painel\\_60/reformas\\_administrativas\\_e\\_sua\\_continuidade\\_com\\_mudancas\\_de\\_governo.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_60/reformas_administrativas_e_sua_continuidade_com_mudancas_de_governo.pdf)> Acesso em: 26 jan. 2015.

MAIA, José Agripino. **A importância do Democratas para o Brasil**. 9 maio 2003. Disponível em: <<http://www.dem.org.br/a-importancia-do-dem-para-o-brasil/>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

MAIA, Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio. Democratas, sim, e daí? **Folha de S. Paulo**, Opinião, 11 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz112200708.htm>> Acesso em: 22 jun. 2015.

MARTORANO, Luciano Cavini. **A burocracia e os desafios da transição socialista**. São Paulo: Xamã, 2002.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises Políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política)- Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas-SP, 2013.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora Senac, 2001.

NAPOLEONI, Claudio. **Curso de economia política**. Trad. de Alberto Di Sabbato. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. **Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar**, n.24, maio/jun./jul./ago. 2011> Acesso em: 16 fev. 2015.

PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Estatuto**. 2012. Disponível em: <[https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/ESTATUTO\\_PT\\_2012\\_-\\_VERSAO\\_FINAL\\_registrada.pdf](https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/ESTATUTO_PT_2012_-_VERSAO_FINAL_registrada.pdf)> Acesso em: 13 jun. 2015.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin (Org.). **Reforma do Estado e a administração pública gerencial**. Tradução Carolina Andrade. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PINTOS-PAYERAS, José Adrian. Análise da progressividade da carga tributária sobre a população brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico - PPE**, v.40, n.2, ago.2010.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. Decadência longe do poder. Refundação e crise do PFL. In: SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA USP, 2., 2012, São Paulo. Anais... 2012. Disponível em: <[http://www.flch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/08-2\\_Ricardo\\_Ribeiro.pdf](http://www.flch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/08-2_Ricardo_Ribeiro.pdf)>. Acesso em: 6 jul. 2015.

SAEB - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. [Portal institucional]. 2015. Disponível em: <[www.sae.ba.gov.br](http://www.sae.ba.gov.br)> Acesso em: 12 jun. 2015.

SANTOS, Luiz Alberto. **Agencificação, publicização, contratualização e controle social: possibilidades no âmbito da reforma do aparelho do Estado**. Brasília: DIAP, 2000.

SANTOS. **Reforma administrativa no contexto da democracia: a PEC nº 173/95 e sua adequação ao Estado brasileiro**. Brasília: DIAP ; Arko Advice Editorial, 1997.

TAROUCO, Gabriela da Silva. **O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)- Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas-SP, 1999.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, v.21, n, 45, mar. 2013.

VIEIR.A, Marcelo Rodrigues. **A experiência de modernização da administração pública do Estado da Bahia nos últimos cinquenta anos (1995 a 2004)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) - Universidade Salvador UNIFACS, Salvador, 2006.